



Comissão aprova financiamento público de campanha eleitoral

Luiz de Paula/Senado Federal



Anteprojeto será concluído até a próxima sexta-feira. Em nova votação hoje grupo de senadores vai decidir sobre a possibilidade de candidaturas sem filiação partidária

Mais um tema polêmico foi aprovado ontem pela comissão que discute o anteprojeto de reforma política: o financiamento público das campanhas eleitorais. O sistema misto em

vigor, que permite a doação por empresas e pessoas físicas, recebeu apenas 5 votos dos senadores, contra 12 da modalidade em que partidos e candidatos terão apenas recursos públicos para gastar. **8**

Itamar Franco, Roberto Requião, Demóstenes Torres e Luiz Henrique conversam, após a votação de ontem: teto para os custos de campanha será decidido nos ajustes finais

Senadores relatam visita a Jirau e Santo Antônio **4**

CAE chama Mantega para explicar o caso Vale **7**

Royalty-criança aprovado pela CE **6**

Lideranças confirmam votações temáticas **3**

Senado lança hoje programa de gestão **2**

Solidariedade tributária é confirmada pelo Plenário

Consórcios que contratarem empresas e profissionais responderão solidariamente pelos tributos federais devidos, segundo medida provisória aprovada. **3**



Plenário também aprovou convenção internacional contrária a regimes ditatoriais

Marcia/Matriz/Senado Federal

Genaldino/Magda/Senado Federal



Audiência da CMA e da CRA debate formas de aliar sustentabilidade e conhecimentos científicos na reforma do Código Florestal

Embrapa quer aumento de produtividade por hectare

Novo Código Florestal deve considerar especificidades locais para o Brasil atingir a meta de produzir mais alimentos com proteção ambiental, diz Pedro Arraes. **5**

Objetivo é introduzir metodologias de gestão que privilegiem a racionalidade, a eficiência e a qualidade. Haverá treinamento para os gestores e servidores em geral

Senado lança hoje Programa de Gestão por Resultados

O PROGRAMA DE Gestão por Resultados do Senado (Proresultados-SF) será lançado oficialmente hoje, às 10h, pelo presidente José Sarney, como parte do fortalecimento dos processos de modernização administrativa.

O Proresultados visa integrar ações para aprimorar a gestão administrativa do Senado, reduzindo custos e melhorando

os serviços prestados à sociedade, aos senadores e ao público interno.

De acordo com a Diretoria-Geral, a ferramenta tem o objetivo de introduzir metodologias de gestão que buscam racionalidade, eficiência e qualidade já amplamente utilizadas no setor público. Haverá treinamento dos gestores e demais servidores.

Com a implantação do Proresultados, todas as unidades administrativas deverão apresentar um plano de gestão até 30 de outubro e, a cada dois meses, um relatório sobre a execução do plano. Caberá à Diretoria-Geral monitorar os resultados. Neste primeiro ano de implantação, será concedido o prazo de 45 dias para apresentação dos planos pelas unidades.

Cícero diz que distorções no ponto serão corrigidas

O 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), disse ontem que o Senado passa por um período de mudança cultural e que serão corrigidas distorções no registro de frequência por parte de alguns servidores. Para ele, havia antes certa "liberação" em relação aos procedimentos administrativos referentes à marcação do ponto.

– Estamos invertendo essa cultura, então é natural que haja alguns desvios, como há algumas vezes na empresa privada e mesmo em outros órgãos. Mas a nossa visão, a nossa determinação, a nossa cobrança é que seja implantado o ponto e que sejam corrigidas as distorções que eventualmente possam ocorrer – disse.

O senador lembrou que a Diretoria-Geral já começou a adotar medidas para garantir que o registro da frequência dos funcionários seja respeitado e para que as atividades sejam cada vez mais transparentes.

Na sexta-feira, entrou em vigor o sistema de controle biométrico de frequência para a maior parte dos servidores.

Sarney pede agilidade na reforma administrativa

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu maior rapidez para a conclusão da reforma administrativa da Casa, com a realização de três reuniões semanais e empenho na aprovação dos pontos sobre os quais já existe consenso. Ele se reuniu ontem com os integrantes da subcomissão que discute o projeto de resolução (PRS 96/09) que altera as normas administrativas do Senado.

Também participaram o 1º secretário do Senado, Cícero Lu-

cena (PSDB-PB); o presidente da subcomissão, Eduardo Suplicy (PT-SP); o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES); o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE); os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Benedito de Lira (PP-AL); e a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto.

– Convoquei a reunião justamente para pedir à comissão uma maneira de se apressar, de modo a que nós tenhamos uma conclusão do que se fez

aqui no Senado. Só falta a reforma administrativa. Todas as outras providências administrativas nós já tomamos – afirmou Sarney.

Os senadores concordaram que já existe consenso em relação à maior parte dos pontos da reforma. Levantamento da Diretoria-Geral apresentado por Sarney situa entre 60% e 70% os pontos convergentes entre o projeto e as propostas oriundas da subcomissão da reforma administrativa.

Tajra: senadores devem definir tamanho da Casa

Em audiência pública na Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, o ex-diretor-geral do Senado e atual diretor do Programa Interlegis, Haroldo Tajra, disse que a definição da estrutura administrativa para a Casa deve ser precedida de uma ampla discussão entre os senadores sobre que serviços devem ser prestados pela instituição. Esse debate não foi realizado à época em que foi apresentado o projeto de resolução (PRS 96/09) que trata da reforma administrativa, em análise pela subcomissão, disse.

Tajra assinou que a estrutura do Senado é grande para que atenda as demandas

dos senadores, como gabinetes personalizados – que, na Câmara, são padronizados; a determinação de que a TV Senado tem de filmar todas as atividades; a criação de cotas de impressos, o que levou à construção de uma grande estrutura de impressão; e as demandas relativas à saúde.

O diretor defendeu que a reforma administrativa exclua o Interlegis, uma vez que o programa é feito em convênio com o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID) e mudanças na estrutura do órgão podem levar à rescisão do convênio.

O relator da subcomissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), anunciou que solicitará ao Tribunal de Contas da União (TCU) as auditorias realizadas na folha de pagamento e nos contratos do Senado. A subcomissão também decidiu ouvir a atual diretora-geral, Doris Peixoto, e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.



Tajra (E), ao lado de Suplicy e Ferraço, diz que estrutura do Senado é grande para que atenda os parlamentares

Presidente reitera transparência das informações à imprensa

O presidente José Sarney enviou ontem ofícios à diretora-geral, Doris Peixoto, e à secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, com a pauta apresentada por jornalistas para ampliar a transparência da Casa. Consta da lista o pedido de acesso às informações sobre gastos com viagens custeadas pelo Senado, tanto de parlamentares como de servidores. A obrigatoriedade da prestação de informações à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) já havia sido definida pelo Ato do Presidente 301/10.

“Enfatizo que, respeitadas as limitações constitucionais e as de ordem técnica e administrativa, todas as informações públicas referentes à Casa devem constar do Portal da Transparência e de outros endereços eletrônicos institucionais”, diz o ofício.

O documento dos jornalistas foi levado ao diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita.

“A divulgação dessas informações, além de dar transparência à sociedade sobre o que acontece no Senado, impedirá a divulgação de dados incorretos ou equivocados por parte da imprensa”, diz o documento, assinado por Fábio Marçal, presidente do Comitê de Imprensa, espaço onde trabalham os jornalistas que cobrem o Senado.

Eles reivindicam, entre outras providências, a publicação diária das anotações de presença, faltas injustificadas e faltas justificadas de cada parlamentar; as informações sobre licenças dos parlamentares; o acesso aos dados referentes aos imóveis funcionais e à lista dos senadores que recebem auxílio-moradia; a divulgação dos gastos mensais dos senadores com despesas de telefone, postais e de combustível; e a divulgação das notas fiscais de prestação de contas referentes à verba indenizatória e gastos com passagens aéreas.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão deliberativa

14h A sessão plenária é deliberativa. O primeiro item da pauta é o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 105/11, que aprova programação monetária para o terceiro trimestre de 2010.

Presidência Gestão por resultados

10h José Sarney participa do lançamento do Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal; recebe as deputadas Dalva Figueiredo, às 11h, e Mara Gabrielli, às 11h30, e o embaixador da Rússia, Serguey Akopov, às 12h.

CCT Rádio, TV e internet

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vota 19 projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV e requerimento de audiência pública para debater o marco civil da internet.

CAS Limites de sódio em alimentos

9h Entre outros itens, a Comissão de Assuntos Sociais deve examinar projeto que determina limites de sódio para produtos alimentícios.

CDR Infraestrutura portuária

9h30 Audiência pública sobre infraestrutura portuária na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Entre os convidados, o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Fernando Brito Fialho.

CCJ Mudança na tramitação de MPs

10h Proposta que modifica a tramitação das medidas provisórias está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também em exame o projeto que atualiza o Regimento Interno do Senado.

CE Audiência pública com Ana de Hollanda

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública para ouvir a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, sobre o plano de diretrizes de sua pasta.

Reforma Comissão vota candidatura avulsa

14h Reunião da Comissão de Reforma Política para análise do tema candidatura avulsa. Logo depois, serão discutidos filiação partidária e domicílio eleitoral, fidelidade partidária e cláusula de desempenho.

CMO Discussão e votação de matérias

14h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne, no Plenário da Câmara, para apresentação, discussão e votação de matérias.

Livro Lançamento no Salão Nobre

18h30 Lançamento do livro *Percorrendo memórias*, de Aloysio Campos da Paz Junior, no Salão Nobre do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Senado aprova MP sobre solidariedade tributária

Acolhida por meio de projeto de lei de conversão, medida torna mais claras as regras sobre tributos devidos por empresas reunidas em consórcio

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/11, proveniente da Medida Provisória 510/10, que regula obrigações tributárias de consórcios que contratarem pessoas físicas e jurídicas, exigindo solidariedade no pagamento dos tributos federais relacionados ao empreendimento. A matéria, que foi relatada na Casa pelo senador Gim Argello (PTB-DF), vai à sanção.

Conforme a proposta, as empresas do consórcio respondem pelos tributos devidos em relação às operações pelo grupo praticadas, na proporção de sua participação no empreendimento. A medida aplica-se somente aos tributos da Receita Federal.

A proposição altera também a Lei 10.168/00, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.

A discussão da matéria voltou a provocar debate sobre a introdução de assuntos diversos numa



Proposta voltou a provocar debate sobre texto das MPs e prazo para o Senado apreciá-las

medida provisória e o curto prazo para o Senado examiná-la.

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) observou que a MP 510/10 já mistura, originalmente, "alhos com bugalhos" ao juntar obrigações tributárias e financiamento de programa de interação universidade-empresa, enquanto o relator na Câmara acrescentou dois dispositivos "totalmente desconexos entre si" e o restante da matéria.

Lembrando que o prazo da matéria se esgotaria amanhã, Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que "mandam a MP em cima da hora e sem nenhuma relevância ou urgência". Por sua vez, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que hoje a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) de José Sarney que disciplina e limita a edição de MPs.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Mário Couto (PSDB-AM) também criticaram a MP. Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o texto original "obedece à exigência apresentada por nós de que a matéria tratasse de um tema". Já Humberto Costa (PE), líder do PT, anunciou que vai tentar convencer o ministro da Saúde a sugerir à presidente Dilma Rousseff que vete item relacionado a embalagem de cigarros destinados a exportação.

Ratificado texto contra regimes ditatoriais

A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (PDS 116/08), destinada a coibir o sequestro e morte de pessoas como opositores de regimes ditatoriais, foi ratificada ontem pelo Plenário.

Pelo texto da convenção, os países signatários comprometem-se a não permitir nem praticar e tampouco tolerar o desaparecimento forçado de pessoas, nem mesmo em estado de emergência, exceção ou suspensão de garantias individuais.

A convenção define por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma ou mais pessoas, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado.

O senador Itamar Franco (PPS-MG) criticou a demora excessiva – 16 anos – do Congresso Nacional para aprovar a convenção.

– É preciso mudar o sistema legislativo. Dezesesseis anos. Dezesesseis anos para aprovar um texto da maior importância – reclamou Itamar.

Pesar pela morte de Jackson Lago e Salomão Alcolumbre

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimentos de votos de pesar pela morte do ex-governador do Maranhão Jackson Lago, e do empresário Salomão Alcolumbre, 1º suplente do presidente do Senado, José Sarney.

Jackson Lago morreu anteontem, por falência de órgãos. Ele sofria de câncer e estava internado em São Paulo.

Já Salomão Alcolumbre faleceu no Amapá. Ele sofreu um ataque fulminante do coração na última sexta-feira.

Versão oficial para tratados e convenções

Projeto de Lei da Câmara (PLC) 141/08 prevenido que tratados, convenções e atos internacionais enviados ao Congresso Nacional para aprovação deverão conter a tradução para o português, e também a versão oficial na qual o texto foi negociado, foi aprovado ontem pelo Plenário e retorna à Câmara para nova discussão.

Aprovado com uma emenda pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o projeto é do ex-deputado Alberto Fraga.

O relator na CRE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), informou que o texto do acordo sobre a convenção interamericana contra a corrupção, da Organização dos Estados Americanos (OEA), concluído em Caracas, em 1996, continha impropriedades de redação e de tradução "que não podiam ser escamoteadas". Para Cristovam, "o pior, entretanto, é quando erros de tradução são descobertos após a aprovação congressual".

Acordo para produzir submarinos é acatado

O acordo sobre a produção de submarinos (PDS 79/11), firmado pelos governos do Brasil e da França em dezembro de 2008, foi aprovado ontem pelo Plenário e segue para promulgação. O texto estabelece a cooperação bilateral no desenvolvimento e na construção de submarinos convencionais do tipo Scorpène (SBR), assim como de um submarino com armamento convencional destinado a receber um reator nuclear a ser desenvolvido pela parte brasileira.

O acordo prevê ainda a assistência francesa para a concepção e construção de um estaleiro para produção dos submarinos e de uma base naval. Na CRE, o relator João Pedro (PT-AM) observou que dois aspectos tornaram atraente a proposta francesa: a necessidade de submarinos de propulsão nuclear, que poderão promover a vigilância mais adequada da plataforma continental brasileira, e a decisão da França de oferecer a sua tecnologia.

Votações temáticas começam depois da Semana Santa

A votação de matérias agrupadas por temas deverá começar depois da Semana Santa, de acordo com informação do líder do PT, Humberto Costa (PE), que participou da reunião de lideranças partidárias ontem.

A proposta do presidente do Senado, José Sarney, é que um período de um mês ou de algumas semanas seja dedicado a votar todos os projetos sobre determinados temas, o que permitirá análise mais rápida de

matérias prioritárias.

Para o líder do PT, a agenda temática é uma boa ideia, pois "muitos projetos que poderiam ser esquecidos nas gavetas vão chegar ao Plenário".

– Precisamos privilegiar principalmente aqueles projetos que irão trazer benefícios imediatos à população – salientou Costa.

Alvaro Dias (PR), líder do PSDB, pediu mais agilidade na apreciação de projetos, em especial as medidas provisórias.



Sarney (E), em reunião com as lideranças: ideia é privilegiar e dar maior velocidade à discussão de projetos prioritários

Bancada paraense apoia nome para STJ

Representantes da bancada paraense no Congresso Nacional levaram ao presidente José Sarney seu apoio à indicação do advogado Reynaldo Silveira para uma das três vagas abertas no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o documento é assinado por todos os governadores da Amazônia,

das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na região e dos parlamentares paraenses no Congresso.

– É um advogado com um currículo que mostra sua qualidade e o seu conhecimento jurídico e tem o apoio não só dos parlamentares e da OAB do Pará como de toda a região amazônica – explicou o senador.

Sarney recebe chanceler da Costa Rica

O senador José Sarney recebeu ontem a visita do ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, René Castro Salazar, um dos compromissos da viagem do ministro ao país, iniciada no dia 30.

Além de visitar o Congresso, Salazar também se encontrou na segunda-feira com o chanceler Antonio Patriota, para

debater os principais pontos da agenda política, econômica e de cooperação bilateral, assim como temas regionais.

De acordo com informações do Ministério das Relações Exteriores, a Costa Rica ocupa a posição de maior parceiro comercial do Brasil na América Central. O volume do comércio bilateral correspondeu a US\$ 678 milhões em 2010.

Comissão visita as obras de Jirau e Santo Antônio

Senadores da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA) visitaram no domingo e na segunda-feira os canteiros de obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e reuniram-se com autoridades locais

e trabalhadores para saberem os motivos da paralisação das obras. Integraram a comissão Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Ivo Cassol (PP-RO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Jorge Viana (PT-AC), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Blairo Maggi (PR-MT).



Wellington Dias (E) espera sugestões e José Pimentel propõe primeira reunião

Senadores vão a 11 estados em busca de plano para o Nordeste

Em busca de subsídios para elaborar um projeto de desenvolvimento integrado do Nordeste sob a ótica da região, senadores vão percorrer 11 estados. A sugestão foi do presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, senador Wellington Dias (PT-PI), aprovada pelo colegiado.

O debate em cada um dos nove estados do Nordeste, mais Minas Gerais e Espírito Santo, que têm parte de seus municípios na área de influência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), será coordenado por um senador, que deverá contar com apoio técnico e logístico da Consultoria Legislativa do Senado e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a qual a subcomissão está vinculada.

As diligências nos estados devem ser precedidas de audiências com órgãos federais com projetos na região, como os ministérios da Integração Nacional e da Educação, além de autarquias e empresas públicas,

como Sudene, Banco do Nordeste, Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

A primeira reunião está prevista para 14 de abril e será com o Ministério da Integração Nacional. A proposta foi do senador José Pimentel (PT-CE), para quem é importante conhecer os projetos da pasta.

O senador Wellington Dias pretende organizar a agenda dos debates na próxima terça-feira. Até lá, ele espera reunir sugestões de temas, como desertificação da caatinga, turismo, infraestrutura, mineração, políticas de atração de investimentos, recursos hídricos e aviação regional.

O parlamentar quer também integrar o Fórum dos Governadores do Nordeste, encontro anual dos chefes dos Executivos da região que discute ações de desenvolvimento para cada estado e a sua integração com as ações do governo federal.



Senadores da comissão e responsáveis pela construção de Jirau, no canteiro de obras da futura hidrelétrica

Rollemberg aponta problema na gestão da mão de obra

Impressionado com a "magnitude das obras e com a tecnologia desenvolvida pelo Brasil na construção de hidrelétricas", o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) relatou ontem a visita de um grupo de senadores da CMA aos canteiros de obras das usinas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, no final de semana.

O senador avaliou que, para evitar novas rebeliões, é necessário aprimorar a gestão da mão de obra nesse tipo de empreendimento. O recrutamento deveria ocorrer preferencialmente em cidades próximas às obras, para facilitar a visita dos trabalhadores às suas famílias, assinalou.

Segundo o senador, os operários reclamam dos longos quatro meses longe das famílias e do pouco tempo – cinco dias – de que dispõem para visitá-las. Essa, observou, teria sido uma das causas da rebelião contra a empreiteira Camargo Corrêa.

Raupp atribui paralisação a ato de vandalismo

Um dos seis senadores que integraram a comitiva, Valdir Raupp (PMDB-RO) informou aos colegas que a situação em Jirau já se encontra normalizada e que as obras deverão ser retomadas ainda ontem.

– O que vimos lá foi um ato de vandalismo de poucas pessoas que queimaram 30 acampamentos numa obra com cerca de 20 mil trabalhadores. A situação está distensionada – declarou.

Depois de elogiar a decisão do presidente da CRA de criar rapidamente a comitiva, Raupp informou que a obra da usina de Santo Antônio já voltou a funcionar plenamente e que Jirau deve voltar a funcionar aos poucos. Informou também que as investigações sobre os episódios estão sendo realizadas pela Polícia Federal e pela polícia estadual. Ao que tudo indica, disse ele, o quebra-quebra "foi obra de bandidos" e o governo enviou efetivo da Força Nacional de Segurança Pública.

Gurgacz: indícios de infiltração de estrangeiros

A possibilidade de ter havido participação de estrangeiros no conflito nas obras da usina de Jirau foi levantada por Acir Gurgacz (PDT-RO).

– Ouvimos diretamente pessoas da Agência Brasileira de Inteligência dizendo que há indícios, informações, de que alguém de fora do país tenha se infiltrado e provocado enorme confusão – disse. Os senadores foram recebidos calorosamente pelo governador, assembleia legislativa e encarregados da investigação, afirmou.

Gurgacz ainda informou que o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento já entregou à ministra Miriam Belchior a minuta sobre a transferência de servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União. A presidente Dilma Rousseff e o chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, podem analisar os documentos esta semana.

Cassol: projeto beneficiará estados produtores

O senador Ivo Cassol (PP-RO) anunciou a possibilidade de a CMA apresentar nos próximos dias um projeto de lei mudando a sistemática de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de modo a beneficiar os estados produtores de energia elétrica. Segundo o senador, há um en-

tendimento entre os integrantes da comissão para que o projeto tenha autoria conjunta.

Ao mencionar os graves problemas ambientais causados pelo acidente nas usinas nucleares do Japão, Ivo Cassol valorizou a qualidade da energia elétrica que será produzida nas usinas de Santo Antônio e Jirau.

Sobre as causas da rebelião de trabalhadores no canteiro de obras da usina hidrelétrica de Jirau, o senador alertou para a necessidade de o governo federal se ater bem às lições deixadas pelo incidente para que outros empreendimentos de construção de usinas hidrelétricas não sejam prejudicados.

A Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte terá como presidente e vice-presidente, respectivamente, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ivo Cassol (PP-RO). Ambos foram eleitos ontem. Na subcomissão, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi escolhido relator.



Genivaldo Menezes/Senado Federal



Santiago: dever do Estado brasileiro

Santiago quer criar zona franca no semiárido do NE

Para estimular a instalação de novas empresas, diminuir a desigualdade regional e ajudar o desenvolvimento econômico do Nordeste, o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu ontem a criação da Zona Franca do Semiárido Nordestino, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC) que apresentou. Segundo ele, é na região do semiárido nordestino que a desigualdade econômica se faz mais presente.

Santiago informou que o semiárido reúne 1.134 municípios, cuja população chega a mais de 22 milhões, a maioria em situação de pobreza. Ele assinalou que foi por isso que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Bolsa Família.

– Fica clara a necessidade de que o Estado brasileiro implemente meios que promovam o desenvolvimento na região, gerando emprego e renda para toda a população – afirmou.

Para Vital do Rêgo, região está mudando destino

Uma mudança de paradigma do Nordeste, de "patinho feio" a "joia da coroa" nos últimos 50 anos, foi apontada ontem pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ele registrou a transformação da região do Cerrado nordestino em fronteira agrícola para produção e exportação de grãos, especialmente o Piau.

– O Nordeste recebeu uma dose de investimentos da maior importância para o seu desenvolvimento. Isso porque nós precisamos equilibrar as forças das regiões brasileiras – avaliou.

Vital do Rêgo ressaltou a mobilidade social ocorrida nas últimas décadas, especialmente a ascensão das classes mais pobres à classe C, com renda entre R\$ 1.826 e R\$ 4.854. O parlamentar apontou como responsável pela ascensão dessa parcela populacional o programa Bolsa Família, a política de aumento do salário mínimo e os investimentos em infraestrutura na região.



Vital do Rêgo: fronteira agrícola

Genildo Magalhães/Senado Federal



O presidente da Embrapa, Pedro Antonio Arraes Pereira (2º à dir.), seguido dos senadores Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz: é importante que o novo Código Florestal funcione na prática

Para Ana Amélia, novo código traz segurança jurídica

A senadora Ana Amélia (PP-RS) comentou ontem, no Plenário, a audiência pública nas duas comissões sobre o novo Código Florestal e lembrou que o tema é crucial para o país, "um grande produtor agrícola e exportador de grãos".

– O principal desafio do debate é conciliar o interesse dos ambientalistas com o dos produtores rurais – disse.

Ana Amélia também destacou a mobilização de cerca de 25 mil produtores rurais de todo o país, que ontem fizeram manifestação de apoio ao projeto do deputado Aldo Rabelo (PC do B-SP) que trata do novo Código Florestal. A senadora também cobrou agilidade da Câmara na votação do projeto.

– Quando vier da Câmara, estaremos preparados para uma decisão dessa grandeza – afirmou.

A senadora disse que a aprovação do novo código vai trazer segurança jurídica ao produtor rural, que assim vai poder procurar novos financiamentos bancários e expandir seus negócios. De acordo com Ana Amélia, a maioria dos produtores rurais está preocupada com a sustentabilidade ambiental.

Ana Amélia destacou o crescimento da produção agrícola brasileira, baseada em dados que o presidente da Embrapa, Pedro Arraes, apresentou na audiência pública conjunta pela manhã. De acordo com a senadora, de 1975 a 2010, a área plantada no Brasil cresceu 48%, enquanto, no mesmo período, o volume da produção de grãos cresceu 268%. Para a senadora, a aprovação do código vai permitir que o setor cresça ainda mais.



Para Ana Amélia, Senado está pronto para votar um bom código

Dirigente da Embrapa quer produção com preservação

Pedro Arraes acredita que país só atingirá meta de produzir mais alimentos com proteção ambiental se novo Código Florestal for realista e pensar nas especificidades locais

O PRESIDENTE DA Embrapa, Pedro Antonio Arraes Pereira, afirmou que o Brasil precisará produzir mais alimentos em áreas menores de terra e com preservação ambiental. Ele participou ontem de debate sobre o projeto de novo Código Florestal, promovido pelas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Arraes apontou para o aumento de consumo de alimentos graças ao desenvolvimento de países emergentes – as populações da China e da Índia estão comendo mais carne, lembrou. Para ele, é necessário manter o incremento da produção sem descuidar da preservação do meio ambiente, o que, em sua opinião, o Brasil já está fazendo.

O presidente da Embrapa

informou que a pecuária hoje utiliza um hectare para cada animal, enquanto na década de 60 eram necessários 2,5 hectares. Na agricultura, destacou, se fossem usadas as mesmas técnicas da década de 70, seriam necessárias áreas de terra cinco vezes maiores para a atual produção.

Ele reconheceu a diversidade de opiniões em torno do Código Florestal, dada a complexidade do tema, que envolve de questões políticas a científicas, mas defendeu que a alteração do novo código leve em conta a fragilidade ambiental e as especificidades locais.

– É difícil generalizar para todo o país. É importante que se tenha essa noção de que o código deve funcionar na prática.

A proposta de novo Código Florestal tramita na Câmara dos

Deputados como PL 1.876/99, onde é relatado por Aldo Rebelo (PCdoB-SP). O presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ressaltou a importância de antecipar a discussão de forma conjunta com a CRA. Na Câmara, disse, há confronto entre as comissões de meio ambiente e de agricultura.

– Tenho plena convicção de que o Congresso, de forma especial o Senado, terá capacidade de produzir uma legislação moderna, eficiente, que crie as condições para regularizar a situação dos nossos produtores rurais, que valorize a atividade agrícola, a produção de alimentos, a produção de agroenergia, mas que o faça de forma sustentável. Temos conhecimento técnico e científico para isso – disse Rollemberg.

Sem opinião científica, reforma "será um desastre", adverte pesquisador

A reforma do Código Florestal precisa ter embasamento científico e, por isso, são necessários pelo menos dois anos para que sejam oferecidas importantes contribuições científicas e tecnológicas.

Foi o que afirmou o pesquisador Antonio Donato Nobre, que participou do debate na CMA como representante de grupo de trabalho criado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) para oferecer subsídios à mudança do código. Ele advertiu que, da forma como está, a proposta de revisão do código "será um desastre".

– Queremos participar desse processo, mas não fomos convidados – protestou.

Nobre apresentou, como exemplo de conhecimento científico que pode ser utilizado nas discussões, uma tecnologia desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), onde ele trabalha. Essa tecnologia permite o mapeamento geomorfológico de terrenos a partir de maquetes digitais.

Vários senadores manifesta-

ram apoio à participação da comunidade científica nas discussões sobre o código, como Aníbal Diniz (PT-AC), Paulo Davim (PV-RN) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA.

Antonio Donato Nobre ressaltou ainda que a análise feita pelo grupo de pesquisadores "encontrou suporte qualificado para ambos os lados", referindo-se à polêmica entre produtores rurais e ambientalistas.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) afirmou que as ideias dos ambientalistas, se atendidas, vão prejudicar a atividade produtiva e a população do país.

Ao defender a integração entre as duas correntes, Nobre ressaltou que os estudos do grupo de que faz parte indicam que é possível aumentar e aperfeiçoar a produção agrícola com um impacto ambiental mínimo. Essa integração também foi defendida pelo membro da ABC Elibio Leopoldo Rech Filho.

Antonio Nobre avaliou que a nova lei, para ter sucesso, "deve estimular boas práticas, em vez de ter somente caráter punitivo", ideia que também foi defendida pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

Paulinelli alia sustentabilidade a conhecimento

É preciso conhecer os biomas brasileiros e aprender a manejá-los para desenvolver a agropecuária com preservação ambiental. A avaliação é do ex-ministro da Agricultura Alysso Paulinelli, segundo o qual, o Brasil começou a investir em tecnologia agropecuária na década de 60, mas sem conhecer os biomas. Essa falta de conhecimento, ressaltou, foi a razão de o país não produzir em grande escala.

Para ele, a atualização do Código Florestal deve apresentar soluções para que a agricultura se desenvolva com cuidado ambiental.

– Indiquemos as soluções para que a agricultura tropical seja a mais preservacionista do mundo – sugeriu.

Paulinelli também criticou a "tendência de elaboração de códigos com enfoque mais fiscalizador do que estimulador da preservação ambiental". Na sua opinião, a ênfase na fiscalização pode contribuir para a corrupção.

Senadores defendem códigos estaduais

A atual legislação ambiental é inconstitucional, afirmou o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), durante o debate do projeto de atualização do Código Florestal. A Constituição determina que a União legisle em matéria ambiental apenas em relação às normas gerais, disse, as condições peculiares de cada região devem ser tratadas pelos estados.

– O Brasil é um continente e não pode continuar tendo políticas dirigidas de forma concentradora. Já concentramos 65% dos recursos arrecadados na União. Corremos o risco de criar um monstro nacional que não vai atender às realidades estaduais – observou.

Já o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Acir Gurgacz (PDT-RO), teme que a manutenção de 80% da Amazônia como área de reserva ambiental engesse a possibilidade de conhecimento da riqueza da região. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por sua vez, lembrou a existência de diversos biomas na Amazônia, o que inviabilizaria uma legislação única. Ele também criticou a demarcação de grandes áreas destinadas "a uma centena de indígenas", enquanto assentamentos do Incra são menores e acolhem milhares de pessoas.

Para João Pedro (PT-AM), é preciso elaborar uma política de Estado em matéria ambiental na qual predomine a visão científica e não a política. O código em vigor, elaborado na década de 1930, contém restrições ao desmatamento que foram importantes, mas agora é preciso estabelecer princípios que combinem agropecuária com preservação ambiental.



Luiz Henrique: legislação ambiental vigente é inconstitucional

Proposta de Cristovam Buarque autoriza governo a criar programa que destinaria integralmente à educação os recursos obtidos pela União com a exploração do pré-sal

Comissão de Educação aprova projeto do *royalty*-criança

OS ROYALTIES QUE couberem à União a partir da exploração do petróleo na camada pré-sal poderão ser integralmente dedicados à educação. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 2/10, de Cristovam Buarque (PDT-DF). A proposta, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), será ainda analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator da matéria, Pedro Simon (PMDB-RS), alterou o texto, que agora autoriza o Poder Executivo a instituir o pro-

grama, que corresponderia aos recursos que couberem à União como resultado da exploração de petróleo do pré-sal. O projeto autoriza ainda a criação do Fundo Nacional da Educação Básica, vinculado ao Ministério da Educação. Os recursos do fundo seriam distribuídos aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica.

Na opinião de Cristovam, a atual legislação levará a uma "pulverização" dos recursos provenientes da exploração do petróleo do pré-sal.

– Vamos transformar um recurso que vai se esgotar em um recurso inesgotável. Vamos transformar petróleo em inteligência – disse Cristovam, após a reunião da CE.

Segundo o senador, o fato de o projeto apenas autorizar a criação do *royalty*-criança – não a tornando obrigatória – não retira o valor da iniciativa. Isso porque, na sua opinião, "basta o governo ter sensibilidade" para aprovar a destinação dos recursos do pré-sal à educação.

Carybé

A CE aprovou também requerimento da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) para a realização de audiência pública para celebrar o centenário de nascimento do artista plástico Carybé, nascido na Argentina, mas "baiano por opção". Segundo a senadora, Carybé foi, juntamente com o músico Dorival Caymmi e o escritor Jorge Amado, um dos "criadores da identidade baiana".

Roberto Requião e Marínor Brito, durante a reunião de ontem da Comissão de Educação



Situação dos aposentados será discutida por subcomissão

Os senadores da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social aprovaram ontem requerimento propondo um ciclo de debates sobre temas que envolvem a relação entre trabalhadores, empregadores e governo. O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão, explicou que serão reunidos projetos que tramitam na Casa e tratam dos temas, para que possam ser discutidos com especialistas.

Ele destacou a situação do fundo de pensão dos ex-funcionários da Varig, que, segundo ele, "hoje recebem apenas 10% do que tinham direito". Sobre problemas envolvendo aposentados e pensionistas, voltou a criticar o fator previdenciário,

mecanismo utilizado para cálculo da aposentadoria.

Paim disse ter ouvido da presidente Dilma Rousseff e do ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, não ser possível acabar com o fator previdenciário, mas afirmou que ambos prometeram buscar uma alternativa para evitar que o trabalhador seja prejudicado pela aplicação do mecanismo.

Na reunião de ontem, falaram aos senadores o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Lourenço Ferreira do Prado, e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Jorge Cezar Costa, entre outros.

Paim pede ênfase à regulamentação de comerciante

A regulamentação da profissão de comerciante terá atenção especial do presidente da Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, senador Paulo Paim (PT-RS). Ao apresentar o plano de trabalho, ele sugeriu a realização de audiências públicas sobre a ampliação do ensino técnico e a liberdade sindical, entre outros temas.

– A profissão de comerciante é a mais antiga do mundo e ainda não está regulamentada no Brasil – disse.

Paim citou diversos projetos que tramitam na Casa regulamentando essa e outras profissões, como a proposta que trata da profissão de metroviário e outra que fixa jornada de trabalho para psicólogos.

O senador também se disse preocupado com evidências de desrespeito à atuação sindical.

– Na questão da liberdade sindical, houve um retrocesso no Brasil. Nos últimos anos, infelizmente, inúmeros dirigentes sindicais foram demitidos.

Senador anuncia lançamento de nova frente

Paulo Paim (PT-RS) anunciou para hoje o lançamento da Frente Parlamentar Mista de Defesa do Desenvolvimento Econômico e Valorização do Trabalho. Ele deve ser um dos vice-presidentes da frente.

Entre os objetivos do grupo, está o de discutir e propor medidas que fortaleçam a indústria nacional, a geração de emprego e a preservação dos direitos trabalhistas.

Paim mencionou ainda os 15 anos de lançamento da TV Senado, comemorados no Museu da República com mostra de documentários. Ontem, foi exibido *Niemeyer por Niemeyer*, dirigido por Deraldo Goulart. Hoje será a vez de *Relatos de Sequidão*, de Maurício Melo. *Levi-Strauss, saudades do Brasil*, de Maria Maia, será exibido amanhã e, na sexta, *Jango em 3 Atos*, também de Deraldo Goulart. No encerramento, no sábado, será exibido *De Batutas e Batucadas*, de João Carlos Fontoura.



Magno Malta quer prisão perpétua para pedófilos

O senador Magno Malta (PR-ES) defendeu mudanças na Constituição federal e no Código Penal brasileiro para prever prisão perpétua para condenados por crimes contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes e a obrigatoriedade do teste do bafômetro.

Pela Constituição, não haverá penas de caráter perpétuo no Brasil, uma das chamadas cláusulas pétreas, que não podem ser abolidas por meio de emendas, apenas por Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, há quem entenda ser possível mudar as cláusulas pétreas por meio de plebiscito seguido de emenda, como sugere o senador. Magno Malta informou que levará a questão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outra alteração proposta pelo senador é a obrigatoriedade do teste do bafômetro.

– As pessoas matam bêbadas no trânsito e infelizmente não são obrigadas nem a fazer o bafômetro – salientou. As pessoas atropeladas, por outro lado, quando sobrevivem, podem sofrer sequelas terríveis, assinalou.

Ciclistas alertam para aumento de acidentes

Atropelamentos, abaloamentos e colisões de diversos tipos mataram 767 ciclistas no Distrito Federal entre 1995 e 2010. Para o presidente da organização não governamental Rodas da Paz, Ronaldo Alves, esses acidentes de trânsito estão associados à falta de políticas públicas de mobilidade sustentável.

– Quando se gasta efetivamente em transporte público, pode-se tirar uma grande quantidade de veículos das vias. Mas, quanto mais se fomenta o veículo individual, mais se fomenta esses acidentes – argumentou Alves, em debate segunda-feira na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre formas de melhoria na qualidade do trânsito, especialmente no aspecto da segurança.

Ao analisar o caso do DF, Ronaldo Alves comparou a região com o Pará. Segundo Alves, o número de veículos naquele estado é "muito maior" que o do Distrito Federal. Apesar disso, observou, o número de mortos em acidentes de trânsito nas duas regiões (mais de 500 cada) foi muito próximo em 2009.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Vanessa Grazziotin • Paulo Paim • Wilson Santiago • Eduardo Suplicy • João Pedro

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Crivella: arrecadação maior deve ser destinada a investimentos

O adicional arrecadado pelo governo federal em função do aumento dos preços pode ser destinado a investimentos para fortalecer a economia, sugeriu ontem o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Segundo artigo publicado pelo jornal *O Estado*



Marcelo Crivella

de *S. Paulo* e mencionado pelo parlamentar, o aumento de um ponto porcentual nos índices de inflação gera um aumento de 0,61% na arrecadação federal. Só nos três primeiros meses do ano, na comparação com 2010, o governo arrecadou R\$ 25,9 bilhões a mais, sendo R\$ 7 bilhões por causa da inflação.

– Proponho que o aumento da arrecadação de R\$ 7 bilhões não vá para o superávit primário, mas para investimentos, para

financiar a educação, por exemplo. Vamos melhorar o plano de expansão da banda larga, que não chega a todo o Brasil. É hora de aumentar o financiamento para empresas comprarem máquinas, equipamentos, importar e também para aproximar a universidade das empresas – disse.

Para limitar a inflação, além dos investimentos, o Banco Central deve reduzir o crédito, tirando dinheiro da praça, elevando juros e aumentando o compulsório dos bancos.

– Vamos combater a inflação com todo vigor, mas não só contendo o consumo, a demanda. Vamos aumentar a oferta – afirmou.

Mozarildo aponta corrupção nas obras da BR-174

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que, na semana em que esteve em Roraima, a BR-174, que liga Boa Vista a Manaus, foi interditada por duas vezes devido a trabalho mal feito na sua construção. Ele questionou quais seriam as razões para isso e chegou à conclusão de que não seria falta de dinheiro, pois, de 2007 a 2010, o governo estadual teria recebido R\$ 683 milhões para as estradas – R\$ 370 milhões para a BR-174.

Mozarildo disse que vai reinter pedir que já fez aos ministérios públicos do Estado e Federal (MPE e MPF), à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) – que já teria identificado um sobrepreço de R\$ 24 milhões nas obras da BR-174. A Polícia Federal (PF) também está investigando a obra.



Mozarildo: obra interditada duas vezes

Dornelles saúda resoluções na área de seguros

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) declarou ontem sua concordância com as resoluções 225/10 e 232/11, editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

A Resolução 225 garante a sobrevivência dos resseguradores locais, uma vez que estabelece um comando para a seguradora ou ressegurador cedente contratar com resseguradores locais “pelo menos 40% de cada cessão de resseguro em contratos automáticos e facultativos”.

– Esses, com destaque para o Instituto de Resseguros do Brasil, eram prejudicados em seus legítimos interesses, com redução da oferta interna de riscos, via evasão do resseguro para o mercado internacional em proporção superior ao que fora legalmente pretendido. Para se ter uma idéia da evasão ocorrida, basta dizer que segundo estatísticas da Susep, a participação do IRB no volume de prêmios caiu de 72%, em 2009, para apenas 25%, em 2010 – afirmou. Já a Resolução 232 constitui “relevante concessão” feita pelo governo federal ao mercado segurador privado.

Dengue e segurança são preocupações para a Copa

A subcomissão que vai acompanhar as despesas com a Copa do Mundo de 2014 aprovou ontem seu plano de trabalho. Vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a subcomissão decidiu também acompanhar as ações públicas para dotar o país de melhores condições de saúde e segurança durante o evento.



Blairo Maggi

Ao abrir a reunião, o presidente da subcomissão, senador Blairo Maggi (PR-MT), disse concordar com o alerta do presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Joseph Blatter, sobre o lento ritmo dos investimentos: “A Copa do Mundo é amanhã e os brasileiros estão pensando que é depois de amanhã”.

Mantega vai à CAE explicar ação do governo na Vale

Segundo requerimento chamando ministro da Fazenda especifica a necessidade de explicações sobre possível interferência na escolha de novo presidente da empresa

A SUPOSTA INTERFERÊNCIA política do governo federal na Vale deverá ser um dos principais temas discutidos com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência pública a ser realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ontem, a comissão aprovou requerimento do senador Cyro Miranda (PSDB-GO) pedindo que o ministro Mantega dê explicações sobre assuntos relacionados à Vale, incluindo a possível interferência do governo na indicação de seu novo presidente.

O requerimento foi anexado a um outro, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), aprovado em 1º de março, convidando Mantega para prestar informações acerca da economia brasileira e do cenário esperado pelo governo para 2011.

O presidente da CAE, senador Delcídio Amaral (PT-MS), observou que seria desnecessária a aprovação desse último requerimento, já que o primeiro é bastante amplo e “com certeza, o assunto Vale será também alvo de questionamento”. No entanto, colocou a matéria em votação “em consideração a Cyro Miranda”, explicou.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi uma das que questionou a necessidade de aprovação do segundo requerimento, mas ressaltou a importância do assunto, sugerindo até mesmo convidar o atual presidente da Vale, Roger Agnelli, cujo mandato termina em 22 de maio, para fazer um balanço das atividades da empresa.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), o debate sobre o papel da Vale para o desenvolvimento

do país é importantíssimo, pois trata-se, segundo explicou, de “uma empresa rica e poderosa, com ativos no mundo inteiro, mas que precisa ajudar mais o Brasil”.

Francisco Dornelles (PP-RJ) e Armando Monteiro (PTB-PE) criticaram o que consideraram intromissão do governo federal na Vale. Dornelles observou que, embora se trate da maior empresa brasileira, “é uma empresa privada” e, portanto, sua gestão deve ficar a cargo de seus acionistas, conforme assinalou. Armando Monteiro sugeriu ainda uma discussão sobre o marco regulatório para o setor mineral.

A CAE também aprovou ontem a criação da Subcomissão Permanente para as Micro e Pequenas Empresas e o Empreendedorismo Individual.



Delcídio Amaral preside reunião da CAE: foi criada ontem subcomissão para as micro e pequenas empresas

Brasil está no mesmo caminho da Venezuela, diz Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou ontem que o Brasil está tomando o mesmo caminho da Venezuela, numa perspectiva de redução do processo democrático. Ele se referia ao que considerou ingerência do governo sobre a mineradora Vale, que demitiu o seu presidente, Roger Agnelli, por pressão do Executivo, segundo noticiou a imprensa.

– Contra fatos não há argumentos, o governo está implantando uma ditadura nesse Brasil. Acorda, Brasil. O governo faz hoje o que quer – disse.

O parlamentar lembrou que a mineradora, hoje a segunda maior do mundo, antes de ser privatizada tinha baixo faturamento, de pouco mais de R\$ 200 milhões. Sob o comando de Agnelli, elevou esses lucros até R\$ 30 bilhões, obtidos em 2010. Só em impostos, a empresa recolheu ao governo R\$ 1,1 bilhão, lembrou.

Na opinião de Mário Couto, com a nova presidência sendo primeiramente atestada pelo

governo, o Estado dominará a Vale para servir de “cabide de emprego”, a exemplo dos Correios. Segundo ele, o governo manda no Bradesco, um dos controladores da Vale, manda na Câmara e no Senado, ao não deixá-los legislar por só enviar medidas provisórias, e tomou a mineradora que, em um ano, se tornaria a maior do mundo.

– Estamos caminhando na mesma direção da Venezuela e da própria Argentina, que começou a calar a imprensa – apontou.



Senador diz que o governo está implantando uma ditadura no Brasil

Designados membros para subcomissões

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Delcídio Amaral (PT-MS), designou ontem os membros da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional e da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, ambas com cinco titulares e cinco suplentes.

A Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por iniciativa do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), terá como titulares a senadora Marta Suplicy (PT-SP) e os senadores José Pimentel (PT-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM), Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) e o próprio Aloysio.

Já a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, proposta por Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será composta por Gleisi Hoffmann (PT-PR), Clésio Andrade (PR-MG), Francisco Dornelles (PP-RJ), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Aécio Neves (PSDB-MG).



Senador exige retratação, já que nome não está no relatório da PF

Jucá nega envolvimento com mensalão

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) negou ontem qualquer envolvimento com o “valerioduto” do publicitário Marcos Valério, operador do mensalão. Jucá respondeu a reportagem de *Época* desta semana e pediu retratação à revista, já que, como salientou, seu nome não consta do relatório da Polícia Federal.

– Não conheço Marcos Valério, não tenho ligação com esse esquema, [no relatório] não há uma única menção ao meu nome, zero, não se fala do senador Romero Jucá. Não sei de onde a *Época* tirou essa informação – disse.

A revista teria obtido cópia de inquérito complementar da PF que indicaria a participação de uma empresa de um irmão de Jucá no recebimento de recursos por meio da Visanet, operadora de cartões de crédito do Banco do Brasil no escândalo do mensalão.

Marta justifica aprovação ao governo Dilma

Marta Suplicy (PT-SP) listou ontem as razões para o resultado positivo da pesquisa de opinião CNI/Ibope sobre os primeiros 90 dias do governo Dilma Rousseff, que apontaram 56% de aprovação do governo e que 74% dos entrevistados confiam na presidente. Para Marta, o motivo seria o rol de medidas e ações que “consolidam a promessa” de Dilma.

A senadora listou, entre outros motivos, a promoção de políticas públicas voltadas às mulheres, integrantes do programa Rede Cegonha; os investimentos de R\$ 4,5 bilhões na rede de prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer; os cortes de R\$ 50 bilhões do Orçamento da União; o reajuste em 45,5% dos benefícios do programa Bolsa Família; e o aumento do salário mínimo para R\$ 545.



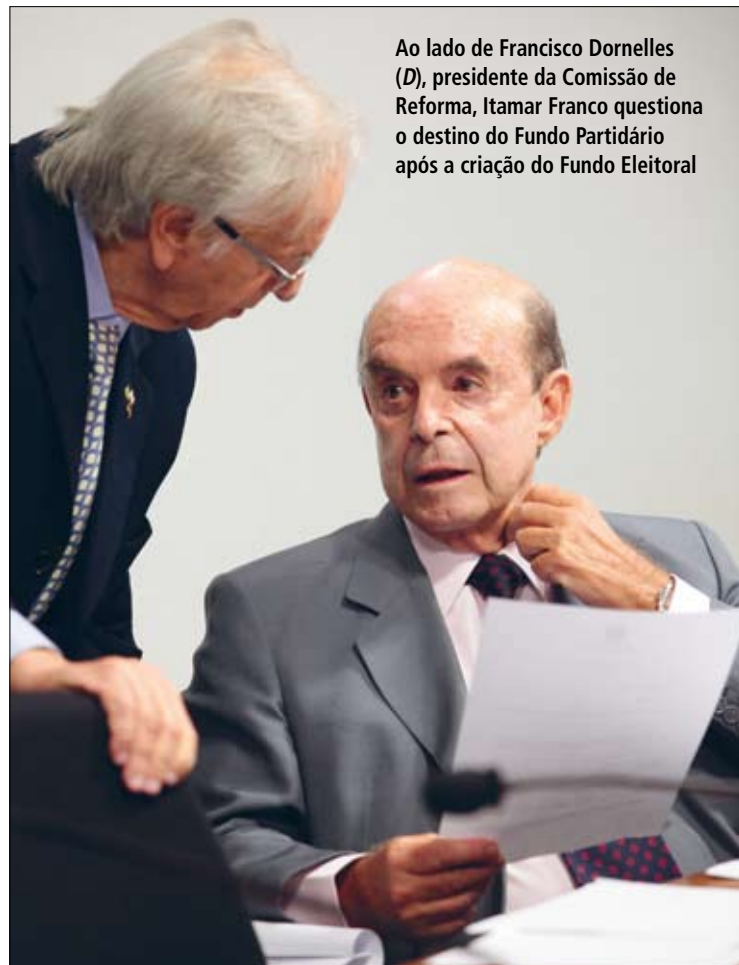
Para Marta, Dilma confirmou em 90 dias expectativas positivas

Líder do PT, Humberto Costa defendeu o financiamento público exclusivo – acolhido por 12 votos a 5 – como forma de acabar com a corrupção e baratear as campanhas. Decisão sobre candidaturas avulsas ficou para hoje

Comissão de Reforma Política aprova financiamento público de campanhas



Humberto Costa: recursos exclusivamente públicos para combater a corrupção



Ao lado de Francisco Dornelles (D), presidente da Comissão de Reforma, Itamar Franco questiona o destino do Fundo Partidário após a criação do Fundo Eleitoral

OS SENADORES DA Comissão Especial de Reforma Política aprovaram o financiamento público exclusivo nas campanhas eleitorais. O item vai compor o projeto que será consolidado ao final dos trabalhos.

Três modelos estavam em discussão: o sistema misto público e privado, existente hoje; o financiamento público exclusivo para todas as eleições; e o financiamento público unicamente para as eleições do Executivo, mantendo-se o sistema atual para as do Legislativo. Foram 5 votos a favor do sistema misto, e 12 pelo financiamento exclusivamente público. A outra proposta não recebeu votos.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que “a visão do senso comum” – de que sistema de financiamento público retira o dinheiro da educação ou da saúde para ser usado nas campanhas – já vale para o modelo atual, com recursos públicos destinados diretamente aos partidos, pelo Fundo Partidário, e indiretamente, pelo horário eleitoral gratuito. O senador defendeu o financiamento exclusivamente público como forma de combate à corrupção.

– Sai mais barato para o Estado o financiamento público. Quem tiver o cuidado de olhar a relação de quem são os financiadores de campanha no Brasil, verá que são empreiteiras, prestadores de serviços, bancos, exatamente as empresas que, de alguma forma, guardam alguma relação de interesse com o público – ressaltou.

Wellington Dias (PT-PI) tam-

bém votou pelo financiamento público, mas disse que “não há regra de financiamento que impeça a corrupção”. A opinião foi compartilhada por Aloysio Nunes (PSDB-SP), que votou pela manutenção do sistema atual.

Dois temas relacionados à questão do financiamento de campanha serão decididos nos ajustes finais do projeto. O primeiro, sugerido por Jorge Viana (PT-AC), é um teto para o custo das campanhas eleitorais. O segundo, levantado por Itamar Franco (PPS-MG), é o destino do Fundo Partidário após a criação do Fundo Eleitoral.

Candidatura avulsa

A possibilidade de candidaturas avulsas, sem a obrigatoriedade de filiação partidária, foi outro ponto discutido. Mas, em razão de Humberto Costa e Demóstenes Torres (DEM-GO) terem deixado o debate para participar da reunião de líderes, a comissão decidiu fazer nova votação na reunião de hoje.

A proposta de Itamar Franco (PPS-MG), Pedro Taques (PDT-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) de que a população se manifeste sobre o sistema eleitoral por meio de consulta popular, gerou manifestações contrárias. As alegações foram de que não seria produtivo submeter apenas parte da reforma a plebiscito ou referendo, e de que a consulta popular poderia diminuir a importância do Congresso. Por sugestão de Humberto Costa e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a discussão ocorrerá depois da decisão sobre os demais itens.

Sarney garante que opinião pública será levada em consideração

Ao comentar ontem o resultado da pesquisa do DataSenado sobre temas da reforma política, o presidente José Sarney afirmou que a opinião pública será “levada em conta” pelo Congresso.

– A gente tem que levar em

conta, evidentemente, o que está pensando o povo – disse.

A pesquisa mostrou a preferência da maioria dos entrevistados pelo voto direto no candidato a deputado e vereador – em vez de lista – e pelo fim da obrigatoriedade do voto.

Ainda sobre a reforma política, Sarney assegurou que será mantido o prazo de 45 dias para a conclusão dos trabalhos da comissão sobre o tema. Conforme o cronograma, o grupo tem até a sexta-feira para apresentar um anteprojeto.

– Ainda ontem à noite [segunda] estive com o senador Dornelles e acertamos que no dia 8, no prazo estabelecido, ele entregará a conclusão dos pontos que estão submetidos ao estudo da Comissão de Reforma Política – disse Sarney.

Vanessa culpa Infraero por atraso em obra

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez críticas veementes à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) por não ter, após dois anos, apresentado o projeto básico para a reforma do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Vanessa informou que solicitou, à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), convite ao presidente da autarquia, Gustavo do Vale, para prestar informações sobre o atraso nas obras.

– Nós da bancada do Norte



Senadora cobra reforma do aeroporto de Manaus para antes de 2013

teremos que fazer uma forte ação, senão Manaus estará fora da Copa das Confederações, porque não há condições de concluir as obras até 2013. O aeroporto Eduardo Gomes é o terceiro do Brasil em movimentação de cargas – afirmou a senadora.

Paulo Davim defende o diploma para jornalistas

Paulo Davim (PV-RN) defendeu a volta da exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009. Para o senador, é preciso examinar com reserva o argumento do STF de que a regulamentação da profissão foi contrária à liberdade de expressão e à livre manifestação de pensamento.

Alega-se, segundo Davim, que o decreto que regulamentou a profissão, durante a ditadura, objetivaria impedir o acesso de pessoas de esquerda à imprensa. E que os cursos de jornalismo teriam a função de formar jor-



Davim acha que decisão do STF em 2009 deve ser vista com “reservas”

nalistas favoráveis ao governo. Para o senador, no entanto, “os cursos de comunicação foram sempre tidos como foco de resistência à ditadura”.

– O controle sobre os órgãos de imprensa se dava muito mais nos andares superiores dessas organizações – disse.